

POLÍTICAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CURRÍCULO MULTICULTURAL: UMA EXPERIÊNCIA EM CONSTRUÇÃO

Neuza Oliveira Viana – UNEC

neuza_viana_paiva@yahoo.com.br

Profª Drª Heloisa R. Herneck – UNEC

hherneck@gmail.com

Resumo: Este trabalho objetiva analisar a construção participativa de um currículo para a Rede Municipal de Coronel Fabriciano-MG, com o fim de repensar a práxis pedagógica e atender os anseios da comunidade escolar; discuti questões referentes às diferenças étnicas dos alunos e professores do 3º Ciclo do Ensino Fundamental e suas implicações nas práticas desenvolvidas em sala de aula, com o foco na diversidade. Para isso utiliza-se como referencial teórico estudiosos como Moreira (2002), Arroyo (2004), Silva (1999) e outros, cujo resultado aponta para uma ressignificação efetiva do currículo.

Palavras-chave: Políticas educacionais; Currículo multicultural; Gestão Educacional; Diversidade Cultural.

INTRODUÇÃO

Os projetos político-pedagógicos das escolas públicas do Município de Coronel Fabriciano, os regimentos escolares, os sistemas de ensino vêm o currículo como eixo central de todas as discussões no ambiente escolar. O coletivo de educadores do ensino público, municipais e estaduais, tem expressado inquietações sobre o currículo em ação. O grande desafio que enfrenta é o que ensinar, o que aprender e como essa prática é desenvolvida no cotidiano das escolas.

Miguel Gonzáles Arroyo (2004) ressalta a importância dos sujeitos, educadores e educandos, na ação educativa, na construção de parâmetros para o desenvolvimento humano, e Antonio Flávio Moreira (2002) analisa a influência do currículo na construção de identidades e na formação da sociedade, reconhecendo as diferenças como elementos marcantes na construção de novos paradigmas educacionais para este milênio, solicitando um novo olhar para os educandos e educadores, num processo de reinvenção do espaço escolar.

Buscar a qualidade na educação exige dos dirigentes e educadores uma reflexão sobre o currículo que é desenvolvido atualmente no cotidiano escolar, nos anos finais do ensino fundamental da rede municipal de Ensino de Coronel Fabriciano, no sentido de atentar para o currículo como instrumento de poder, responsável pela formação de um cidadão produtivo, íntegro, capaz de

reinterpretar os significados das diferentes culturas e compreender as representações das realidades existentes em seu meio social.

Segundo Sacristán (2000) “a escolaridade é um percurso para os alunos, e o currículo é o seu recheio, seu conteúdo, o guia para o progresso para a escolarização”. Para o autor, o currículo pode apresentar o sucesso ou o fracasso de uma comunidade escolar inteira, o que implica em mudanças das práxis que são desenvolvidas no interior das salas de aulas. A finalidade de uma proposta curricular está além do ato de ministrar conteúdos, e deve ser construída com o propósito de capacitar o educando para o exercício da cidadania, proporcionar que o mesmo assuma responsabilidades e se torne cidadão autônomo, solidário e democrático.

De acordo com Moreira (2002), currículo não é um conjunto neutro de conhecimento que de algum modo aparece nos textos da sala de aula, mas o conjunto de tendências e correntes carregado de interesses diferentes. O currículo estabelece diferenças, exerce influências na formação da cultura de uma sociedade, constrói hierarquias, produto de conflitos e organizações políticas de um povo.

A escola a serviço da sociedade, e o currículo exposto aos desafios, fortemente comprometido com a formação de identidades, com a relação de poder, exercem influências marcantes na construção de novas gerações, no sentido de criar um espaço vivo de conhecimento compartilhado, na construção necessária a uma vida cidadã. A definição de tarefas curriculares como partes relevantes do currículo, a criação dos sistemas, e as decisões para um planejamento curricular se apresentam como ferramentas fundamentais na construção de uma proposta curricular capaz de contribuir para desenvolvimento humano.

A elaboração de um currículo está inteiramente ligada à concepção de escola que se quer e do cidadão que se pretende formar, o que implica em condições favoráveis, de construir conhecimentos, habilidades e valores que possibilitem a formação integral do estudante, o que levará o desenho de propostas curriculares que respeitem o desenvolvimento humano.

De acordo com Lima (2002), a construção de um currículo pautado na formação humana precisa ser situada historicamente, visto que os instrumentos culturais que são utilizados na mediação do desenvolvimento humano e nas

dinâmicas das funções psicológico superiores, se modificam com o avanço tecnológico e científico.

Essa perspectiva de currículo, de acordo com o tempo humano, rompe paradigmas tradicionais e cria novas práticas culturais, no sentido de favorecer a construção de uma nova política educacional; introduz nesse sentido a construção de conhecimento relacionado com as realidades regionais, atentando para a diversidade cultural, que possibilite a inclusão social, que permita a formação e sistematização de uma política educacional capaz de mudar a realidade social.

De acordo com Sacristán, (2000, p. 21) “a função educativa da escola ultrapassa a função reprodutora de socialização, já que se apóia no conhecimento público (a ciência, a filosofia e a arte) para provocar o desenvolvimento privado de cada aluno/a.” Sendo assim, para que a escola cumpra sua função educativa deverá se propor à organização de seus espaços, tempos e, acima de tudo, promover uma reflexão sobre o projeto político pedagógico da instituição, o currículo em ação incluindo a práxis pedagógica, no sentido de possibilitar a construção de diferentes instrumentos que possibilitem a aprendizagem plural.

É no ambiente escolar que se constroem identidades, a partir do cruzamento das culturas. A diversidade cultural existente neste espaço privilegia uma construção inegável de diferentes saberes que propiciem o enriquecimento do currículo que em ação garante a renovação da prática pedagógica, o que implica, além de um novo currículo, uma nova postura dos profissionais da educação.

A abrangência dos processos formativos que é uma das exigências da Lei de Diretrizes Base da Educação Nacional, o que nos mostra em seu capítulo 1, art. 2º , “ A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”(LDBN, 1996)

Essa abrangência favorece a construção de saberes que possam ser significativos e necessários à formação de um cidadão crítico, participativo e ativo para o exercício da cidadania. O processo de socialização da escola está incluso na construção de uma proposta curricular solidária e democrática.

De acordo com os dados da pesquisa, vimos que a situação de pobreza aumenta na medida em que cresce o número de crianças e adolescentes que vivem sozinhos, ou aos cuidados de irmãos, avós e vizinhos, para que a mãe possa

buscar, através do subemprego, o sustendo da família. Cerca de 39% dos alunos dos anos finais do ensino fundamental da rede pública municipal, vivem em famílias chefiadas pelas mães. Os dados da pesquisa revelam que 45% dos adolescentes fazem algum tipo de trabalho remunerado, dividem-se entre a escola e o trabalho.

Dos 6500 alunos da rede municipal de ensino, 1529 representam os estudantes dos anos finais do ensino Fundamental, mantendo o equilíbrio entre os alunos e as alunas, 768 meninos e 761 meninas. Dos alunos pesquisados, 20% (305) se consideram brancos; 15% (130) dos alunos se consideram negros; 59% (802) se consideram pardos; 7% dos alunos se consideram amarelos, e 3% se consideram da raça indígena.

Na condução dos trabalhos para a reconstrução do currículo, os encontros entre educadores, pais e alunos aconteceram por etapas, de acordo com a área de conhecimento, com o tempo humano, de modo que oportunizaram as discussões sobre as características de cada etapa do desenvolvimento humano. A maior angústia vivenciada pelos educadores diz respeito à indisciplina dos educandos, à falta de acompanhamento da família.

Minha angústia é: por que o aluno tem tantos direitos? E [eles] sabem disso. No entanto não têm a mínima noção de deveres. Como superar a indisciplina, a agressividade e a falta de respeito [de] uns [para] com os outros? Não sabem ouvir, não apreciam a boa música, não têm cultura. Ouvem um lixo cultural. O pré-adolescente vive momento de revolta e está [transferindo] transmitindo essa revolta para as aulas. É muito grande a falta de respeito dos alunos em relação à escola, ao patrimônio público e às pessoas, aos colegas de classe e profissionais da escola. Essa é a minha grande angústia.

(Professora da rede pública municipal de Coronel Fabriciano)

Nas colocações dos educadores percebemos um desencanto com a educação, vimos que a escola unifica todos num só olhar, violentos, indisciplinados, lentos, agressivos. Os alunos são rotulados de uma forma preconceituosa e desumana. Mas é tarefa da escola, através dos educadores, entender a trajetória desses estudantes para proporcionar uma mudança nessa realidade social e resgatar a dignidade do cidadão, ajudando-o a reescrever a própria história.

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produtora da ação dos homens, também não se transforma. Se os

homens são produtores desta realidade e se esta, na “inversão de práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens. (FREIRE, 2007, p.41)

A pesquisa aponta a necessidade de atentar para novas práticas educativas nas escolas municipais, numa perspectiva mais globalizadora e multicultural, que respeite as fases do desenvolvimento humano, a realidade local, que valorize as dimensões e que promova de modo especial a igualdade de oportunidades e equidade para os alunos da rede municipal de Coronel Fabriciano. Desenvolver um trabalho produtivo, para que venha beneficiar as classes populares, com base em um currículo como instrumento de identidade e de poder, utilizado como ferramenta de inclusão ou de exclusão, visto que, de acordo com Silva (2007, p. 31), “a escola atua ideologicamente através de seu currículo, seja de uma forma mais direta, através das matérias mais suscetíveis ao transporte de crenças explícitas sobre as desabilidades das estruturas sociais existentes”.

É através do currículo que tudo acontece, dentro e fora do espaço escolar. O educador exerce um papel fundamental na construção da proposta curricular bem como a sua materialização de um currículo mais democrático e mais atraente, menos segmentado, menos padronizado. É dever da escola prescrever um currículo menos hierarquizado e menos seriado, no sentido de repensar os tempos escolares em função do atendimento às culturas e ao tempo mental do educando.

Na escola se cruza muitos tempos. Os tempos dos mestres e tempos dos alunos. Ainda os tempos das professoras e professores, os tempos da infância, da adolescência, da juventude e da vida adulta. Se cruzam tempos tão distantes quanto são diversas as formas de vivera as idades humanas em cada raça, classe, gênero, cidade ou campo. Essa diversidade condiciona o tempo de aprender, de ensinar de socialização e formação. (ARROYO, 2004, p. 209)

A instituição escolar favorece a troca de experiências e a construção de saberes nos trabalhos desenvolvidos na sala de aula com as convivências dos educandos e educadores, nas práticas educativas e, contudo, nos conteúdos ministrados devem considerar a realidade local, visto que atividades ali praticadas interferem no sucesso ou no fracasso do educando.

Este trabalho deve acontecer numa perspectiva de construção de cultura, o que se dá entre as relações sociais, num processo de negociação constante de significado da realidade. A escola apresenta em sua lógica amarras no tempo dos conteúdos, das disciplinas, os quais são predefinidos e ensinados em semanas, bimestres e anos. Essa seqüência estruturante da escola separa a pluralidade do ensino aprendizagem e a socialização dos educandos e educadores. Redirecionar os caminhos, bem como superar a lógica estruturada da escola, faz parte de uma nova consciência de política educacional. Revestir-se de uma didática plural, de modo a permitir estratégias e experiências educacionais, é papel da escola, imersa numa tensão dialética, capaz de favorecer a utilização de conhecimentos a partir da realidade do educando.

De acordo com os professores pesquisados, o maior desafio do educador é trabalhar numa perspectiva estigmatizada, o que corresponde à triste realidade vivida pelos alunos do universo escolar. Nesta etapa do desenvolvimento humano, a adolescência, o educando vive momentos de autoafirmação, mediante a sociedade, a família, os colegas de classe, de modo que os interesses estão mais voltados para sua apresentação social, pela beleza e estética, as descobertas da sexualidade, querem estar belos, e a condição sócio-econômica e cultural tem muita influência.

Em meio às falas do grupo de educadores, pode-se perceber que alguns identificavam os alunos como “novatos, acelerados, indisciplinados, burros, carentes, desatentos, marginais, drogados”. Um educador se destacou no universo de profissionais da educação quando chamou a atenção para a imagem que é feita dos adolescentes, dependendo das etnias ou grupos sociais aos quais pertencem. “É mais fácil trabalhar com alunos que são acompanhados pelos pais, aqueles que têm famílias organizadas”; “quando você vê a desorganização dos alunos e das famílias já imagina como será difícil o trabalho; quando recebemos um nômade, cigano, é uma loucura”.

Por mais tortuosa que sejam as condições de trabalho, a escola é a instituição mais digna para os setores populares, e as professoras e os professores são os profissionais públicos mais humanos em seus tratos. (ARROYO, 2004, p. 95)

A cultura da escola na maioria das vezes não acompanha a cultura da família, os valores diferem e os costumes também são deferentes. Ainda faz parte dos dizeres do professor que grande parte dos profissionais da educação lidam

com alunos que trazem consigo, *a priori*, a desestruturação familiar, a infrequência às aulas, a rebeldia e o vício, próprio e de seus familiares - do álcool, do tabagismo e da droga. Diante do exposto, certamente é possível traçar um perfil, ainda que parcial, da situação em que os alunos se encontram.

Como ser diferente se foi essa prática que prevaleceu durante tanto tempo? De acordo com Arroyo (2004, p.95), “por mais precárias que sejam as condições de trabalho, a escola é a instituição mais digna para os setores populares, e as professoras e os professores são os profissionais públicos mais humanos em seus tratos”.

No depoimento dos educadores, “os alunos não são mais os mesmos, se apresentam desinteressados, sem perspectivas.” Chegam sem pedir licença, arrogantes e indisciplinados e violentos. Seria o ambiente escolar que não tem estrutura para atender esses alunos? O currículo? Os alunos não são os mesmos e a escola continua a mesma. “Estariam acabando com os nossos sonhos?”. De acordo com Arroyo (2004, p. 34), “os variados depoimentos dados pelos professores pareciam revelar um desencanto docente, não tanto com as condutas (sempre houve indisciplinas na sala de aula). O desencanto, porém, é com a perda de imagens que povoam a nossa docência, a educação, e as escolas”.

O currículo, em seus conteúdos e nas formas pelas quais se nos apresenta e se apresenta aos professores e aos alunos, é uma opção historicamente configurada que se sedimentou dentro de determinado trama cultural, política, social e escolar; está carregado, por tanto, de valores e pressupostos que é preciso decifrar, o que pode ser feito a partir de um nível de análise político – social, quanto a partir do ponto de vista de sua instrumentação “mais técnica”, descobrindo os mecanismos que operam em seu desenvolvimento dentro dos campos escolares. (SACRISTÁN, 1998, p. 17)

Uma proposta curricular sedimentada numa política educativa está comprometida com a construção de uma vida cidadã que se constrói dia após dia nos espaços escolares, de acordo com os interesses e necessidades dos educandos. As relações sociais e procedimentos sobre o que ensinar e o que aprender, na cultura escolar e nos diferentes espaços sociais, possibilita a construção de um currículo multicultural. Nesse sentido a escola precisa atentar para um trabalho menos padronizado, mais aberto, utilizando as manifestações como caminho para

a produção de identidades e como estratégias enriquecedoras para a prática educativa.

O currículo uniforme atende apenas aos grupos que não necessitam da escola para a construção de habilidades e competências que a sociedade quer e aprova, pois a cultura movida nos ambientes familiares é parecida com a cultura que é trabalhada na escola, o que a diferencia dos grupos que se distanciam da cultura acadêmica, especificamente da sala de aula.

Defender a conveniência de um currículo comum e compreensivo para a formação de todos os cidadãos não pode supor de modo algum impor a lógica didática da homogeneidade de ritmos, estratégias e experiências educativas para todos e cada um dos alunos/as. Se o acesso desses à escola está presidido pela diversidade, refletindo um desenvolvimento cognitivo, emocional e social evidentemente desigual, em virtude da quantidade da e qualidade de suas experiências e intercâmbio sociais, prévios e paralelos à escola, o tratamento uniforme não pode supor mais que do que uma consagração de desigualdade e injustiça de sua origem social. (SACRISTÁN, 2000, p. 23)

De acordo com as colocações do autor, um currículo não pode ser imposto e nem padronizado, uma vez que a clientela não é padrão, apresentam vivências e convívios vindos das mais variadas famílias, oriundos de diferentes classes, gênero e etnia. As experiências trazidas do meio em que vivem precisam ser aproveitadas pela escola na construção de saberes essenciais ao sucesso do educando.

Durante toda a vida social, o aluno acumula aprendizagens pautadas em valores construídos no meio em que vive, uma vez valorizada pela escola poderá contribuir com a formação do estudante. Implantar um currículo padrão poderá favorecer o aumento da desigualdade e as injustiças sociais, colocando em risco a aprendizagem do alunado e, conseqüentemente, favorecer a evasão e o fracasso escolar. Se a função da escola é preparar o indivíduo de forma plena para o exercício da cidadania, o currículo em ação não atende a expectativa da nossa clientela. A escola deve apresentar propostas flexíveis e enriquecedoras, revestidas de pluralidade para melhor atender as diferenças culturais existentes no ambiente escolar e promover a igualdade de oportunidades que é direito de cada um.

A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-la e neutraliza-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto abrir espaços para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas constitui um grande desafio que está chamado a enfrentar. (MOREIRA & CANDAU, 2003, p. 161)

De acordo com os autores citados, a escola precisa romper com as formas padronizadas e homogêneas de lidar com a construção do saber. Suas práticas impregnadas perdem as oportunidades de aproveitar a riqueza das manifestações culturais nas diferentes óticas, que habitam o universo da sala de aula.

O debate no encontro de educadores foi acalorado, discutiam formas de se libertar dos preconceitos e da discriminação acumulados nos ambientes escolares. A condição racial, étnica, e o gênero podem apresentar manifestações enriquecedoras no ambiente escolar. A escola precisa ser considerada como um espaço privilegiado para o cruzamento das culturas e das experiências trazidas pelo aluno para o cotidiano escolar, o que oportuniza a ampliação das experiências humanas. Sem dúvida este é o maior desafio para os educadores, pois a formação que receberam também foi pautada em saberes padronizados, seqüenciados e ordenados, o que requer um estudo minucioso sobre o que, como e porque ensinar. Nesse sentido o currículo é visto como um instrumento político de formação.

CONCLUSÃO

Com base nas leituras realizadas, percebemos que mudanças radicais aconteceram no âmbito educacional. Mudaram as relações sociais, os valores, e novas identidades habitaram o universo escolar e a escola estacionada deixou de atender as expectativas de sua clientela. O trabalho descontextualizado desfavorece uma aprendizagem significativa e reflexiva capaz de contribuir para a construção de identidades e para o sucesso do educando.

A pesquisa aponta que o interesse do aluno em construir o conhecimento está relacionado com a sua necessidade, com desejo e, sobretudo, com a urgência da utilização dos conhecimentos adquiridos. É preciso atentar para um currículo que se torne o centro das ações a serem desenvolvidas na escola, propicie a construção das competências, habilidades e valores, através de uma prática pedagógica flexível, o qual contribua para a formação de indivíduos autônomos e transformadores.

Entre a escola e o currículo estão expostas as poderosas influências do mundo político social e acadêmico, que são constantemente desafiados e avaliados pela comunidade onde está inserida a escola e política vigente. O currículo tem um caráter político, ideológico. Diante desses desafios os educadores precisam estar atentos às implicações sociológicas, históricas e

culturais, quanto à re-estruturação das propostas curriculares e dos projetos político-pedagógicos das unidades de ensino.

Repensar a política educacional é urgente no sentido de promover a construção de diferentes identidades, de atender as peculiaridades locais, o momento histórico e o multiculturalismo. Um currículo construído nesta ótica implica em propostas pedagógicas menos padronizadas e posturas diferenciadas, dos profissionais da educação, que atuam nas salas de aulas, e daqueles que são responsáveis por uma política educacional que garanta a equidade e qualidade dos alunos. Reconhecer as diferenças sociais implica no abandono das práticas homogêneas, monoculturais, que dificulta o aproveitamento das riquezas encontradas na diversidade, presente nas salas de aulas das escolas.

Formar cidadãos críticos, solidários ativos e democráticos é finalidade da escola, e para que aconteça de fato essa formação, faz-se necessária a construção de um Projeto Político Pedagógico, com participação efetiva de toda a clientela da escola. O perfil dos profissionais que atuam na instituição, bem como de toda a comunidade escolar deverá estar presente nas propostas curriculares e nas práticas pedagógicas a serem desenvolvidas no cotidiano da sala de aula. Construir uma proposta curricular em uma visão multicultural faz parte do processo, visto que no universo de educadores e educandos encontramos presentes diferentes culturas. A construção de um currículo que atenda a diversidade cultural implica em assumir a exclusão de todas as formas de discriminação e dominação social, posicionando a favor da educação como direito social e o respeito à diferença em qualquer aspecto do desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, G. M. *Imagens Quebradas*. Trajetórias e tempos de alunos e mestres. 3. ed. Petrópolis: Vozes 2004.

_____. Ciclos de desenvolvimento humano e formação de educadores. In *Educação e sociedade*. Campinas: Cedes. 1999

_____. *Ofício de mestres*. Imagens e auto-imagens. 7. ed. Petrópolis: 2004

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 46. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

NATALINA, L. A. (organizadora). *Cultura e práticas escolares*. Florianópolis: Insular, 2006.

MOREIRA, B. F. Antonio. *Currículos e programas no Brasil*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1995.

_____. *Currículo questões atuais*. 14 ed. Campinas: Papirus, 2008

LIMA, S. E.. *Como a criança se desenvolve*. São Paulo: Sobradinho, 2006.

MASSETO, T. M.. *Competência pedagógica de um professor universitário*. São Paulo: Summus, 2003.

GOMES, L.N.. *Educação e relações raciais: Discutindo algumas estratégias e atuação*. In: MUNANGA, KABENGELE (org) *Superando o racismo na escola*. Brasília: MEC, 1999.

DIREITO A EDUCAÇÃO, *subsídios para a gestão dos sistemas educacionais*. MEC/SECAD, 2006

BRASIL. LDBEN. LEI n.º 639/03. Secretaria de educação continuada. *Alfabetização e diversidade*. Brasília: MEC/SECAD2005.

SACRISTÁN, J. G & GOMEZ, A. I. Pérez; *Compreender e transformar o ensino*. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOMÉ, J. T. *Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SILVA, T. T. *Documentos de identidades: Uma introdução às teorias do currículo*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. *O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

www.portal.gov.br/sesu/arquivos/pdf/lei9394.pdf